

Informação sobre o tratamento dos dados pessoais: App Baby Tribe

Art. 13 Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu

Prénatal S.p.A., com sede legal em Milão, via Agostino Bertani n. 6, número IVA 00857680151 (doravante a “Empresa” ou o “Titular”), responsável do tratamento dos dados pessoais, fornece abaixo a **política de privacidade** nos termos do art. 13 do titular (UE) 2016/679 (doravante “**RGPD**”), às partes interessadas (doravante os “**Interessados**”).

A Empresa, enquanto titular do tratamento, compromete-se a proteger a confidencialidade e os direitos do Interessado e, em conformidade com os princípios ditados pelas regras acima referidas, o tratamento dos dados fornecidos basear-se-á em princípios de correção, licitude e transparência.

1. TIPOLOGIA DE DADOS TRATADOS

Os dados pessoais que o Titular poderá adquirir serão normalmente fornecidos diretamente pelo Interessado. Tais dados poderão ser, apenas como exemplo, dados de identificação, dados de contato, dados pessoais (por ex.: nome, apelido, e-mail).

Além disso, o Interessado pode, a seu critério, carregar na seção específica da App dados particulares, tais como:

- movimentos do feto (por exemplo número de “pontapés”);
- contrações;
- peso do feto;
- peso da mãe;
- imagens das ecografias;
- Outras possíveis informações relativas ao estado de saúde do feto e da mãe.

O fornecimento destes dados é facultativo, não os fornecer não prejudicará qualquer funcionalidade da App.

2. FINALIDADES DO TRATAMENTO

Os dados pessoais dos Interessados serão tratados pela Empresa para as seguintes finalidades de tratamento:

- a) permitir a utilização dos serviços que podem ser ativados com a instalação e utilização da aplicação BabyTribe;
- b) realizar todas as atividades administrativas, contabilísticas e tributárias correlatas à finalidade referida na precedente letra a), bem como observar as disposições de leis e regulamentos, nacionais e estrangeiras, ou executar uma ordem da autoridade judiciária ou de outras autoridades a que o Titular está sujeito;
- c) Exercitar os direitos do Titular, com especial referência ao da defesa perante a justiça;
- d) Desenvolver atividades de marketing de diversos tipos, inclusive a promoção de serviços, distribuição de material informativo, publicitário e promocional, eventos, envio de newsletters e publicações relacionadas com a aplicação BabyTribe, bem como a promoção de produtos, serviços, distribuição de material informativo, publicitário e promocional, eventos, envio de newsletters e publicações relacionadas com a marca Prénatal;
- e) efetuar análises – através de um processo automatizado – destinadas a determinar o perfil do Interessado para adaptar as atividades de marketing Prénatal às exigências do Interessado;
- f) efetuar análises e pesquisa de mercado, inclusive em relação ao grau de satisfação do Interessado;
- g) ceder dados pessoais a terceiros de categorias coerentes e divergentes para atividades de marketing.

Além disso, os sistemas informáticos e os procedimentos software previstos para operar a aplicação capturam, durante o seu funcionamento, alguns dados pessoais cuja transmissão está implícita no uso dos protocolos de comunicação da aplicação. Trata-se de informações que não foram recolhidas para serem associadas aos interessados, mas que pela

sua própria natureza poderiam, através de elaborações e associações com os dados detidos por terceiros, permitir a identificação dos próprios interessados. Esta categoria de dados inclui informações técnicas relativas ao dispositivo e à conexão, e a outros parâmetros relacionados com o sistema operativo e o ambiente informático do utilizador.

Os dados pessoais necessários para a prossecução das finalidades de tratamento descritas nas letras a) b) e c) são indicados com um asterisco no formulário de registo.

O fornecimento de dados para as finalidades referidas nas letras a) b) e c) é facultativo, no entanto, o não fornecimento dos dados e/ou uma eventual recusa expressa contra o tratamento tornará impossível ao Titular de prestar os serviços solicitados. O tratamento é lícito na medida em que é efetuado para o cumprimento de obrigações pré-contratuais e contratuais, a observância das disposições de leis e dos regulamentos e o exercício dos direitos do Titular.

O fornecimento de dados para as finalidades referidas nas letras d), e), f), g) é facultativo e condicionado ao consentimento explícito do interessado. Uma eventual recusa de fornecer tais dados causará exclusivamente a impossibilidade de o Titular realizar as atividades ali indicadas.

O interessado poderá, ainda, revogar o seu consentimento a qualquer momento, com a mesma facilidade com que o conferiu.

A aplicação BabyTribe também ajuda e facilita o interessado na busca da estrutura de parto mais próxima, bem como a loja Pré-natal mais próxima, através do acesso aos dados de geolocalização. No entanto, o Titular não tratará de forma alguma tais dados, que permanecerão guardados exclusivamente no smartphone do interessado.

3. MODALIDADES DO TRATAMENTO

O tratamento dos dados é efetuado em modalidade eletrónica e/ou de papel, através do registo, elaboração, armazenamento e transmissão dos dados, inclusive com a ajuda de ferramentas informáticas.

As ferramentas e os suportes utilizados no âmbito das atividades de tratamento são idóneos para garantir a segurança e a confidencialidade dos dados.

Na realização das atividades de tratamento, a Empresa compromete-se a:

- assegurar a exatidão e a atualização dos dados tratados, e implementar prontamente quaisquer correções e/ou adições solicitadas pelo Interessado;
- adotar medidas de segurança idóneas para garantir uma proteção adequada dos dados, tendo em conta os potenciais impactos que o tratamento implica nos direitos e liberdades fundamentais do Interessado;
- informar o Interessado, nos prazos e casos previstos na legislação coerciva, sobre eventuais violações dos dados pessoais;
- garantir a conformidade das operações de tratamento com as disposições legislativas aplicáveis.

4. COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DOS DADOS

Sem prejuízo das comunicações efetuadas em cumprimento de obrigações legislativas, os dados pessoais do Interessado poderão ser conhecidos, para além do Titular, por:

- funcionários e colaboradores do Titular, tais como encarregados autorizados para o tratamento dos dados;
- empresas nacionais e estrangeiras pertencentes ao mesmo grupo a que pertence o Titular;
- consultores administrativos / contabilísticos;
- autoridades em geral, administrações, entidades e organismos públicos, quer nacionais que estrangeiros;
- responsáveis e/ou eventuais Sub-responsáveis do tratamento nomeados pelo Titular;
- prestadores de serviços de entrada de dados e arquivamento digital;
- empresas de marketing.

As comunicações acima descritas serão realizadas exclusivamente para as finalidades acima referidas, segundo os consentimentos concedidos pelo Interessado. Os dados pessoais não estão sujeitos à divulgação.

5. TRANSFERÊNCIAS PARA O ESTRANGEIRO

Os dados pessoais serão arquivados e elaborados dentro da União Europeia.

Em caso de eventuais tratamentos de dados pessoais fora da União Europeia, estes só acontecerão prévia adoção de garantias adequadas, como previsto pela legislação coerciva.

6. POLÍTICA EM MATÉRIA DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS

A Empresa armazena os dados pessoais nos seus próprios sistemas, de forma a permitir a identificação dos Interessados segundo os seguintes critérios:

- por um período de tempo não superior à obtenção das finalidades para as quais os dados são tratados, salvo disposição em contrário por obrigações regulamentares ou contratuais;
- para cumprir obrigações regulamentares ou contratuais específicas;
- se aplicável e legítimo, até ao eventual pedido de cancelamento por parte do Interessado.

7. DIREITOS DO INTERESSADO

O Interessado pode fazer valer os seus direitos, reconhecidos pela legislação coerciva e, em particular, pelos artigos de 15 a 22 do RGPD, tais como:

- Direito de acesso: direito de obter do Titular a confirmação que os dados pessoais estão ou não estão a ser tratados e, neste caso, obtenção do acesso aos dados pessoais e a ulteriores informações sobre origem, finalidades, categorias de dados tratados, destinatários de comunicação e/ou transferência de dados, etc.

- Direito de retificação: direito de obter do Titular a retificação de dados pessoais imprecisos sem demora injustificada, bem como a integração de dados pessoais incompletos, inclusive fornecendo uma declaração complementar.
- Direito ao cancelamento: direito de obter do Titular o cancelamento dos dados pessoais sem demora injustificada no caso em que:
 - o os dados pessoais deixaram de ser necessários no para as finalidades do tratamento;
 - o o consentimento em que se baseia o tratamento foi revogado e não existe outro fundamento jurídico para o tratamento;
 - o os dados pessoais foram tratados ilegalmente;
 - o os dados pessoais devem ser cancelados para cumprir uma obrigação legal.
- Direito de oposição ao tratamento: direito a opor-se, em qualquer momento, ao tratamento de dados pessoais que tenham como fundamento jurídico um interesse legítimo do Titular.
- Direito de limitação do tratamento: direito a obter do Titular a limitação do tratamento nos casos em que seja contestada a exatidão dos dados pessoais (pelo período de tempo necessário ao Titular para verificar a exatidão de tais dados pessoais), se o tratamento é ilícito e o Interessado se opôs ao tratamento, se os dados pessoais são necessários ao Interessado para a verificação, o exercício ou defesa de um direito em sede judiciária, se consequentemente à oposição ao tratamento o Interessado está a aguardar a verificação da prevalência ou não do interesse legítimo do Titular.

- Direito à portabilidade dos dados: direito a receber os dados pessoais num formato estruturado, de uso comum e legível por meio de um dispositivo automático, e de transmitir tais dados a outro titular do tratamento apenas nos casos em que o tratamento se baseie no consentimento ou num contrato, e apenas para os dados tratados por via eletrónica.
- Direito a não ser submetido a decisões automatizadas: direito a obter do Titular de não ser submetido a decisões baseadas unicamente no tratamento automatizado, inclusive a determinação do perfil, que produzam efeitos jurídicos para o Interessado e que afetem significativamente a sua pessoa, a não ser que tais decisões sejam necessárias para a conclusão ou a execução de um contrato ou se baseiem no consentimento dado pelo Interessado.
- Direito de apresentar uma reclamação a uma autoridade de controlo: ressalvado qualquer outro recurso administrativo ou jurisdicional, o Interessado que julgar que o tratamento que lhe diz respeito viole o RGPD tem o direito de apresentar uma reclamação a uma autoridade de controlo.

Com a finalidade do exercício dos direitos previstos pelo RGPD, o Interessado poderá:

(i) encaminhar os seus pedidos ao Titular, escrevendo um e-mail para o seguinte endereço: privacy@prenatal.com

(ii) ou em alternativa contactar o Titular na seguinte morada:

Prénatal S.p.A.
 Via delle Primule n. 5
 20815 Cogliate (MB)
 indicando no assunto "Privacy"

(iii) contactar o responsável da proteção dos dados ("DPO") no seguinte endereço e-mail: privacy@prenatal.com